

AMAZÔNIA

Contribuição do Exército Brasileiro no Desenvolvimento Social e Cultural das Comunidades Brasileiras na Amazônia Ocidental

Gen Bda Fioravante



Uma análise superficial do título deste artigo nos lança um desafio de grandes proporções e nos conduz, por sua densidade e importância, a escrever vários compêndios, sem, contudo, esgotar o tema. A razão é simples, efetivamente a contribuição à qual se refere atravessa o tempo, desafia as conjunturas e se faz presente desde o momento em que Pedro Teixeira, no Alto Solimões, jogou um punhado de terra para o alto e, na ausência de vozes discordantes, declarou que aquela terra a partir de então pertenceria à coroa portuguesa.

Os fatos aqui narrados foram frutos da observação “in Loco” realizada em inúmeras visitas às comunidades indígenas e ribeirinhas da faixa de fronteira com o Peru (na calha do Rio Javari), com a Colômbia (nas calhas dos rios Traíra e Apaporis) e nas calhas dos rios Solimões, Içá, Juruá, Moa, Japurá, Boia, Jutai, entre outros menores interiores, no coração da Amazônia e fora da faixa de fronteira. Os locais percorridos correspondem à, até então, área de responsabilidade da 16ª Brigada de Infantaria de Selva (16ª Bda Inf SI), sediada na cidade de Tefé, com cerca de 570.000km², que o autor teve a grata oportunidade, orgulho e honra de comandar por dois anos e



um mês. No entanto, os fatos aqui narrados são comuns às áreas de responsabilidade das outras Grandes Unidades do Comando Militar da Amazônia (CMA).

Não há a pretensão de esgotar o assunto, muito menos de detalhar uma presença centenária do Exército Brasileiro integrada às comunidades indígenas e ribeirinhas. Este artigo pretende somente empreender um rápido sobrevoo na parte mais ocidental da Região Amazônica, buscando resgatar fatos históricos que fundamentam o tema, discorrer um pouco sobre a riqueza material, cultural e humana, camuflada na floresta, e relatar alguns fatos que materializam algumas das muitas contribuições que o Exército presta àquela rica Região e a seu povo, associadas à defesa da soberania brasileira nas fronteiras mais a oeste.

Finalmente, este artigo propõe uma reflexão sobre as comunidades isoladas da comunidade nacional e excluídas do acesso às facilidades que o século XXI oferece, em uma região de relevo nacional e cobiça internacional, apesar do esforço hercúleo do bravo Marechal Rondon em integrá-las por meio das linhas telegráficas, tecnologia de vanguarda de que se dispunha na época.

Principais Antecedentes Históricos¹

O Despertar da Presença Militar, Pedro Teixeira e Mendonça Furtado

A trajetória militar na Amazônia teve início por volta de 1616, com a expulsão dos estrangeiros da foz do Rio Amazonas e a construção do Forte do Presépio na baía de Guajará.



Forte do Presépio

O Forte do Presépio, que deu origem à cidade de Belém, passou a constituir-se no ponto de partida para as expedições lusitanas no interior da Amazônia. Desse local, os militares luso-brasileiros lançaram-se à conquista do território, explorando e

defendendo a calha do Rio Amazonas.

Um militar ilustre integrou a expedição que fundou o Forte do Presépio. Tratava-se do então Alferes Pedro Teixeira que participara, antes, das lutas que culminaram com a expulsão dos franceses do Maranhão, e que, depois, passaria à História como o Conquistador da Amazônia Brasileira.

Mais tarde, em 25 de julho de 1637, agora como Capitão, o desbravador e explorador português Pedro Teixeira, chefiando uma expedição, partiu do Maranhão com quarenta e cinco canoas, setenta soldados, mil e duzentos flecheiros e remadores indígenas, e subiu o Rio Amazonas até Quito no Equador. Em 15 de agosto de 1639, fundou o povoado de Franciscana, no encontro dos rios Napo e Aguarico e, ali, tomou posse da Amazônia daquele ponto

para o leste. Além de estender o domínio português até próximo dos contrafortes andinos, Pedro Teixeira explorou mais de 10.000km de rios e trilhas, em toda a bacia Amazônica.

Já no Século XVIII, coube ao Capitão-General Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1700-1769), então Governador das províncias do Grão-Pará e Maranhão, percorrer vasta extensão da Amazônia, incorporando novas comunidades, fundando vilas, integrando o território, realizando a política de povoamento e garantindo a posse da terra. Já nesse período, envidavam-se esforços no sentido de desenvolver atividades socioeconômicas para fixar o homem na imensa e desconhecida região. Em razão dos feitos desse ilustre militar, foi concedida a denominação histórica à 12ª Região Militar de “Região Mendonça Furtado”. É importante salientar que, naquela empreitada, Mendonça Furtado relatava o atraso e o baixo grau de desenvolvimento que via nas comunidades, assemelhando-se ao que se vê ainda hoje, quase três séculos depois.

Fortificações da Amazônia

As fortificações erguidas no período colonial, desde seu nascedouro até os dias atuais, são fiéis exemplos da harmoniosa convivência de militares com indígenas e ribeirinhos da região. É inequívoca a colaboração dos homens de farda para com o desenvolvimento sociocultural e a satisfação das necessidades básicas dos homens da floresta.

O Fortim do Rio Negro, construído acima da confluência dos rios Negro e Solimões, agregou em suas instalações as famílias de índios Baré, Banúas e Passés, que deram origem ao primeiro povoado de “Lugar da Barra”, origem da cidade de Manaus. A união

¹ - Alguns fatos históricos foram extraídos do livro: Amazônia Brasileira – Conquista, Consolidação e Manutenção (1616-2003), Claudio Moreira Bento.

de índios e europeus criou outros povoados adjacentes ao Forte.

No período colonial, o Marquês de Pombal, com o intuito de proteger a Amazônia Brasileira da cobiça estrangeira, mandou construir mais de vinte fortalezas, formando um arco, colocando-as estrategicamente nos principais acessos fluviais ao Rio Amazonas, mais próximas da fronteira, e outros, aprofundando a defesa da região mais no interior.

As guarnições dessas edificações de guerra garantiam a soberania e protegiam as comunidades ribeirinhas e indígenas que as circundavam.

Colônias Militares

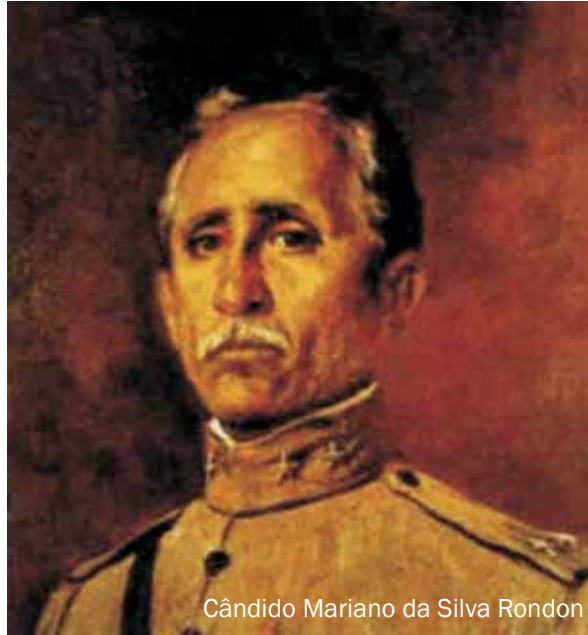
As colônias militares, quatro no total, foram criadas a partir de 1840. Eram guarnecidas por oficiais e praças, algumas das quais com os militares se fazendo acompanhar por suas famílias.

As colônias tinham objetivos estratégicos de defesa, mas buscavam, também, fixar o homem nas regiões remotas para povoá-las, desenvolvê-las e integrá-las à cultura local.

Os Pelotões e Destacamentos Especiais de Fronteira deram continuidade a esse processo.

Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon

De origem indígena, esse insigne militar fez da missão de integrar a região amazônica ao restante do país por meio de linhas telegráficas um sacerdócio. Rondon levou a cabo essa árdua tarefa, abrindo trilhas, desbravando terras inexploradas, lançando linhas telegráficas, mapeando o terreno e redescobrimo o Forte Príncipe da Beira que havia



Cândido Mariano da Silva Rondon

sido tragado pela selva após o seu abandono ao fim do século XIX. Nessas andanças, Rondon estabeleceu relações cordiais e amistosas com os índios, aproveitando-se do fato de sua ascendência indígena. Deste modo, manteve contato com inúmeras tribos, pacificou algumas delas, sempre com respeito e sem violência, e buscou introduzir atividades econômicas entre os silvícolas, transformando-os em pequenos agricultores e criadores de gado.

Iniciativas do Estado Brasileiro na Segunda Metade do Século XX

As iniciativas mais efetivas de integração da Amazônia e de inserção do seu povo à sociedade brasileira tiveram lugar nos governos militares de 1964 a 1984. Esta assertiva está materializada na rede de estradas construídas nesse período pela Engenharia do Exército, em especial a Transamazônica, cuja importância vem representada por grandes cidades que nasceram às suas margens e hoje se constituem polos industriais, suporte energético, centros intermodais de transpor-

te para escoamento de produtos, dentre outras atividades de cunho sociocultural e econômico.

O Projeto Rondon, nome inspirado nas épicas expedições do ilustre militar e humanista Marechal Rondon, foi outra iniciativa na busca da integração.

O Projeto Rondon procurou integrar, pela conquista de “corações e mentes”. Em 1967, quando iniciou, instituiu o slogan: “Integrar Para Não Entregar”. O projeto tinha como objetivo levar os jovens universitários a travar conhecimento com a riqueza que eles detinham nas mãos, a Amazônia, e seu rico capital humano, ambos desconhecidos da sociedade brasileira. Dessa forma, o projeto pretendia que os acadêmicos difundissem seus conhecimentos nas comunidades e aprendessem, com estas, tudo que suas culturas tinham a oferecer. Após o retorno, a experiência adquirida seria levada para os familiares e integrantes das diversas Universidades envolvidas. Esse processo de multiplicação e difusão do aprendizado amazônico era o pressuposto de um ótimo canal de integração e um estímulo à consciência nacional em relação à pujante região, hoje carente de maior atenção do Poder Público.

No fim dos anos oitenta, o Governo Federal já não atribuía prioridade para o Projeto, que veio a ser extinto em 1989. Em 2005, com nova roupagem, o Projeto Rondon voltou a figurar na pauta dos programas do governo, ficando o Ministério da Defesa responsável pela sua coordenação.

Caracterização da Área no Contexto Mundial

A relevância da Amazônia como entidade física transcende à magnitude de sua biodiversidade e das escalas extraordinárias de suas reservas minerais e vegetais, no con-



Vista aérea da amazônia

texto planetário. Dessa forma, seguem alguns dados extraídos de farta literatura acerca do assunto, que refletem a importância geopolítica da Amazônia:

- a Amazônia Legal brasileira totaliza pouco mais 5 milhões de km², o que representa algo próximo dos 58% do total do território brasileiro, cerca de 40% da América do Sul, em cuja área cabe toda a Europa, menos a Rússia. O bioma amazônico detém riquezas e estatísticas impressionantes que reafirmam sua relevância: maior banco genético mundial; 1/5 da água doce da terra; 1/3 das reservas mundiais de florestas latifoliadas; 1/20 de toda superfície da terra; 11.248km de fronteira; 1.020km de litoral; 23.000km de rios navegáveis; maior bacia hidrográfica do mundo; 30% da biodiversidade mundial; possui três fusos horários; situa-se em dois hemisférios; e limita-se com sete países;

- o Rio Amazonas e seus afluentes drenam, aproximadamente, 7 milhões de km² de terras. Possui uma vazão média anual próxima dos 176.000m³/s, 100.000m³/s na vazante e 300.000m³/s nas enchentes, o que lhe dá o “status” de maior rio em volume de água da Terra. Como referência da magnitude deste

dado, pode-se afirmar que a sua vazante média em um segundo daria para abastecer uma cidade com cerca de 294.000 habitantes, ou *que o Rio Amazonas lança no mar em um dia o que o Rio Tâmsa, na Inglaterra, lança em um ano* (texto do Gen Luiz Gonzaga Schroeder Lessa);

– a Amazônia ainda abriga as maiores reservas minerais e vegetais do planeta e um sem número de minérios e plantas de grande valor comercial e estratégico, a maior parte ainda desconhecidos ou intocados no interior da selva.

A Cultura Indígena e Miscigenação Cultural da Amazônia

Hoje, o amazônida é resultado da convergência de diversas culturas que, em momentos determinados da história e motivados por conjunturas e situações variadas ao longo do tempo, foram se incorporando à cultura local. São partícipes desse novo formato cultural os indígenas originários da terra, os europeus de várias nacionalidades (portugueses, espanhóis, holandeses, ingleses, franceses etc), os negros e os nordestinos. Com exceção dos índios, cada um dos elementos externos se fizeram presentes com suas peculiares formas de organização social, mas tendo que adaptar-se ao ambiente singular da floresta, resultando em uma estrutura híbrida de cultura ou em um novo tecido social. Para compreender esse processo, é necessário recorrer à história da colonização e ocupação da Amazônia, responsáveis por comporem o atual mosaico cultural, onde está inserido o homem amazônico, e estudar a cultura indígena original.

Os índios da Amazônia, em sua maioria, ainda vivem como seus antepassados, mesmo após o contato com outras culturas. Vivem da

caça, da pesca, do extrativismo vegetal e da agricultura.

Mantêm ritos religiosos originais, e têm no pagé a figura do grande orientador espiritual e curandeiro. Comunicam-se em dialetos pertencentes a seis grupos linguísticos: Tukano, Aruaque, Jê, Tupi, Pano e Karib. Existem grupos que ainda não estabeleceram qualquer contato com outras tribos, povos ou culturas.



Participação de militares do Exército em solenidade indígena

Uma característica importante da maioria dos indígenas da faixa de fronteira é que eles não se identificam pela nacionalidade, mas sim pela etnia. Essa circunstância é bem caracterizada pelos índios Mayorunas (do lado brasileiro) que, no Peru, denominam-se Matsés. Estão separados pelo Rio Javari, mas consideram-se integrantes da mesma família, identificando-se pela etnia comum. Nas aldeias próximas ao 1º Pelotão Especial de Fronteira de Palmeiras do Javari, tanto os Mayorunas como os Matsés, preferem “ser brasileiros” por conta da atenção e do atendimento médico e odontológico que recebem no Pelotão e por terem apoio de evacuação, quando necessitam.

O Exército e o Apoio às Comunidades Amazônicas

As missões constitucionais atribuídas ao Exército são amplas e diversificadas. Abrangem, obviamente, todo o território nacional, mas agregam alto grau de complexidade quando cumpridas na Amazônia, pelas razões já apresentadas. Os países fronteiriços enfrentam problemas próprios e peculiares, mas que, irremediavelmente, refletem-se com maior ou menor intensidade na população brasileira.



Palmeiras do Javari

No entanto, no caso da Amazônia, o trabalho desenvolvido pelo Exército extrapola o espectro constitucional e mergulha em ações de caráter humanitário mais profundo e complementar, pautando sempre sua atuação no respeito e na preservação da diversidade étnica e cultural dos seus habitantes originais.

Essa complementariedade refere-se à atuação em áreas que não são contempladas no arcabouço jurídico como de sua responsabilidade constitucional, mas que garante a presença do Estado.

Todas as Organizações Militares da Amazônia cumprem esse papel adicional e supletivo às missões relativas à segurança externa e às atribuições subsidiárias com muita dedicação, entusiasmo, solidariedade e espírito patriótico e humanitário. Entendem que a Amazônia representa o amanhã do Brasil, pelas riquezas lá existentes, e por reconhecerem que aquela gente simples - seus irmãos compatriotas - ainda vive no século XVIII, em triste contraste com a parte da sociedade brasileira já integrada aos padrões de vida e de consumo do século XXI. A atuação dos militares, acompanhados de suas famílias, naquelas áreas longínquas, atenua as carências e o sofrimento daquela gente.

Há que ressaltar, porém, que o trabalho voluntário e desprendido dos militares e suas abnegadas esposas guarda relação com a missão constitucional inerente às Forças Armadas, pois existem conexões intrínsecas entre o voluntário e o mandatário. As tarefas relacionadas à preservação das riquezas naturais e do meio ambiente, por exemplo, permitem identificar cidadãos cômicos de suas responsabilidades com os bens do país, garantindo, mesmo que de maneira indireta, a defesa da soberania. Da mesma forma, o cuidado e a atenção às comunidades indígenas e ribeirinhas contribuirão para a garantia da incolumidade do território, pois propiciará que a população amazônica ombreie as Forças Armadas e o restante da nação.

Uma contribuição importante trazida pelo Exército para os jovens da região e que estabelece laços com a população é a incorporação, por meio do serviço militar obrigatório. Ela representa a oferta do primeiro emprego a milhares de jovens ribeirinhos e indígenas, dando-lhes dignidade, inculcando-lhes valores, afastando-os dos ilícitos, tais como o narcotráfico e o crime organizado.

Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) e Destacamentos Especiais de Fronteira (DEF)

Os PEF integram tropas cujos militares estão acompanhados de seus familiares. Os DEF são compostos por um efetivo menor e atuam em sistema de rodízio, sem que os militares se façam acompanhar de seus familiares.

Os PEF e os DEF retratam de forma fidedigna a contribuição que o Exército oferece ao desenvolvimento social e cultural das comunidades indígenas e ribeirinhas da Amazônia dentre tantas outras contribuições. Tudo é feito por amor ao próximo, por espírito patriótico e pela fé na missão de levar, àquela gente desassistida e isolada, alento para tocar suas vidas com um mínimo de dignidade. São, portanto, Organizações Militares com características diferenciadas.

Os pelotões e destacamentos especiais de fronteira conduzem seus trabalhos sobre três pilares que ditam suas rotinas. São chamados de “Tríade da Soberania”: VIDA, COMBATE e TRABALHO. Por VIDA, entendem-se as atividades relacionadas com a criação de animais, plantio de hortaliças e frutas, pesca e caça, sempre com a assessoria do Sargento Agrário e voltadas à tropa e à comunidade do entorno. Por COMBATE, depreende-se a atividade-fim, a vigilância e a defesa do território, desenvolvendo patrulhamentos fluviais e através da selva, reconhecimentos de fronteira e adestramento constante da tropa para o combate e para inibir os crimes transfronteiriços. Por TRABALHO, compreendem-se as atividades de carpintaria, manutenção de motores, construção, conservação das instalações e assistência à saúde, além de estimular a educação escolar, apoiando as escolas e a inclusão digital. Esta última, por meio da guarda e co-

ordenação do uso de computadores do GESAC (Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão), programa do Ministério das Comunicações, com a participação de militares do próprio PEF, como professores, para ensinar informática aos comunitários.



Aula de informática

Os PEF representam a linha de frente na vigilância e na defesa da soberania brasileira, guardando os principais acessos ao território nacional e dificultando qualquer penetração na extensa e permeável faixa de fronteira. Portanto, cumprem uma missão de grande projeção na geopolítica brasileira e regional. As gerações de jovens militares acompanhados de suas famílias fizeram e fazem a diferença nos pontos mais ermos do território brasileiro. Eles dão continuidade ao trabalho dos antepassados que guarneciam e trabalhavam nas fortalezas e nas colônias militares. Vigiam as fronteiras para que o restante da nação possa dormir tranquilo. Pagam um pesado tributo, longe do conforto da civilização e suas benesses, e afastados dos familiares deixados na terra natal. No entanto, o fazem com arraigado espírito de patriotismo e brasilidade. Merece destaque a participação das famílias, em especial das esposas que, muitas vezes,



Atendimento médico



Evacuação de paciente picado por cobra jararaca



Atendimento odontológico



Atendimento a acidentados

abandonam seus sonhos, deixam para trás empregos, estudos e entes queridos, para se lançarem de corpo e alma na missão de apoiar seus esposos. Cumprem-na com amor, determinação e entusiasmo, em prol das causas sociais das comunidades, assumindo funções de ensino, transmitindo o que sabem, e o mais importante, acompanhado de carinho e atenção, muitas vezes a maior necessidade daquela gente.

Nesse contexto, destaca-se o apoio de saúde e de educação aos moradores das cercanias dos pelotões.

As Seções de Saúde dos PEF e DEF constituem a ponta da linha do Sistema de Saúde do Exército na Região. Suas tarefas, junto às comunidades, são focadas nas ações preventivas de saúde, desenvolvendo ações de educação sanitária, pré-natal e vigilância ao parto normal, profilaxia das doenças transmissíveis e prevenção à cárie. A vigilância ao parto normal merece realce porque é comum o parto realizado por parteiras, com pouco conhecimento e descuido com a higiene e, quase sempre, em locais insalubres. Daí o grande número de óbitos infantis, sequelas pós-parto etc. Cada Seção de Saúde de PEF e DEF conta, no mínimo, com um médico, um dentista e um farmacêutico, além de Sargentos Auxiliares de Enfermagem, de Cabos Padiroleiros e de Soldados Socorristas.

Já a contribuição à educação ocorre em forma de pura solidariedade. Esse importante vetor de desenvolvimento sociocultural é exercido no isolamento da selva, por intermédio, mais uma vez, das abnegadas esposas que invariavelmente são professoras, coordenadoras pedagógicas, orientadoras educacionais, desenvolvem trabalhos de cunho social, estimulam e organizam os comunitários para o artesanato, ensinam ofícios diversos, enfim, amparam e



APAE em Tefé



Atividade de leitura

lhes tributam amor e afeto, como se fizessem parte de suas próprias famílias. Os Oficiais e Sargentos, quando nas horas vagas e de lazer, também exercem funções de professores e educadores das comunidades do entorno e próximas dos PEF.

Perante a comunidade, os comandantes dos PEF e DEF cumprem o papel de “fiscais aduaneiros e ambientais”, “delegados”, além de tarefas atribuídas ao “conselho tutelar” das grandes cidades. Coordenam e apoiam, ainda, a formação religiosa de todos os credos, sempre com muito respeito à cultura local e, enfim, cooperam com a comunidade na solução dos seus mais variados problemas.

Os PEF cumprem suas missões garantindo a preservação da floresta, da bio-

diversidade e da cultura local, seja indígena ou ribeirinha. Atuam em áreas estratégicas e, junto com os Tiros-de-Guerra, constituem-se em verdadeiras escolas de civismo e cidadania.

Sargento Agrário

O Comando Militar da Amazônia instituiu, por meio das Regiões Militares, a função do Sargento Agrário nas diversas guarnições, em especial nos PEF e DEF. Trata-se de um técnico em atividades rurais, cuja principal função é disponibilizar seus conhecimentos às comunidades no entorno dos pelotões, incentivando-as a estabelecer uma produção rural continuada e permanente. Eles têm a missão de ensinar, organizar e desenvolver procedimentos voltados à plantação de hortifrutícolas e à criação de animais, e modelos sustentáveis voltados, preferencialmente, para a agricultura familiar. Atendem, também, às próprias Unidades, organizando hortas e criações para prover melhorias aos militares e suas famílias. Essa iniciativa tem proporcionado uma considerável melhora na qualidade de vida dos comunitários.

Exemplos Frequentes de Apoio dos Militares aos Amazônidas

A seguir, serão relatadas algumas passagens das muitas que ocorrem rotineiramente nas Organizações Militares da Amazônia, para que o leitor tenha uma ideia da amplitude do que é tratado neste artigo.

Certa vez, o comandante da 16ª Brigada de Infantaria de Selva recebeu uma ligação, às três horas da madrugada, solicitando autorização para evacuar um jovem de 17 anos para um hospital na cidade de Mâncio Lima, no Acre, por ter sido picado por uma cobra “suru-



Atendimento de emergência na madrugada

cucu pico de jaca” no dia anterior. Havia uma determinação de se evitar deslocamentos de “voadeira” (pequena embarcação com motor de popa) à noite por motivo de segurança, devido à grande quantidade de troncos soltos e também fincados no leito dos rios como verdadeiras estacas *pange*. Foi autorizado o transporte pela situação de emergência que se apresentava. O rapaz havia chegado ao DEF de São Salvador, conduzido por sua mãe, a remo, nove horas após ter sido picado. O médico se viu obrigado a aplicar nove tubos de soro antiofídico, dos dez existentes, em virtude do tempo passado após o acidente. De acordo com o médico, a situação era grave e havia sério risco de morte ou, caso ele sobrevivesse, eram grandes as chances de sequelas irreversíveis. Ao contrário do prognóstico, após alguns dias no Hospital de Mâncio Lima, graças a Deus, o rapaz sobreviveu sem sequelas. A ação pronta e emergencial do médico e a desenvoltura técnica dos militares que conduziram o paciente até o Hospital foram determinantes para o salvamento do ribeirinho.

Outro caso ocorreu em Estirão do Equador, Amazonas, dessa vez na presença do comandante da 16ª Bda Inf Sl, que ajudou na evacuação.

Uma índia peruana que residia na localidade, casada com um brasileiro, sofria com

uma gravidez de alto risco e, naquela ocasião, a situação havia se agravado. A estrada que ligava o PEF ao aeroporto estava interditada. Para chegar ao aeródromo era necessário percorrer 40 minutos de voadeira e mais 7km de estrada de barro tabatinga em um trator da COMARA (Comissão de Aeroportos da Região Amazônica), da Força Aérea. A paciente foi colocada em uma maca, com um soldado segurando um poncho para protegê-la do sol escaldante. Por volta do meio-dia, iniciou-se o deslocamento até a aeronave que havia trazido a comitiva. O Rio Javari estava baixo e foi difícil vencer o barranco de 10 metros de altura ao fim do percurso fluvial. Enfim, chegou-se ao avião que transportou a pobre mulher, que não parava de gemer de dor, até Tabatinga. Houve um contato com o Hospital de Guarnição de Tabatinga que já aguardava a paciente com uma ambulância.



Atendimento de emergência a uma gestante de alto risco, peruana

Como citado anteriormente, esses casos envolvendo ribeirinhos e indígenas brasileiros, colombianos e peruanos são frequentes. Na maioria das vezes, o desfecho é favorável, mas ocorrem também aqueles casos em que, pelo tempo de deslocamento a remo e pela demora na decisão de procurar ajuda, os acidentados já chegam sem vida ou quase sem vida, não restando muito que fazer, o que entristece aos

médicos pela sua impotência diante da situação. Para exemplificar a dimensão desses atendimentos de emergência médica, apenas nos três primeiros meses do ano de 2011, os quatro PEF e os dois DEF da 16ª Bda Inf SI contabilizaram vinte casos de emergência, envolvendo risco de morte, sete deles por picadas de cobras, semelhante ao caso anterior.

Os habitantes locais também sofrem com as drásticas consequências das grandes inundações e secas. São cíclicas e devastam habitações, plantações e localidades inteiras. As Unidades prestam ajuda humanitária e montam operações logísticas para evacuar o pessoal para outras áreas. As Organizações Militares, em todos os níveis, dispõem de planejamentos, que são acionados previamente, evitam perdas humanas e atenuam os prejuízos da população.

Hospital de Guarnição de Tabatinga (H Gu Tab)

O H Gu Tab atua no bojo de um convênio entre a 12ª RM e o Governo do Estado do Amazonas. Os médicos, farmacêuticos, dentistas, bioquímicos e enfermeiros são, na quase totalidade, militares (hoje, apenas quatro médicos são civis contratados pelo governo estadual), e atendem à comunidade pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Dos atendimentos, cerca de 98% ocorrem pelo SUS. Além do atendimento aos brasileiros de Tabatinga, prestam também apoio, não previsto, aos colombianos da cidade de Letícia, cujo único hospital foi fechado, e aos peruanos da cidade de Santa Rosa, sem que para isso haja qualquer acordo. São tratados dentro do caráter e espírito humanitário que regem os profissionais militares de saúde que ali servem à Pátria. É comum chegarem a Tabatinga embarcações regionais ou indígenas, trazendo

ribeirinhos e índios doentes, precisando de atendimento hospitalar. Às vezes, os doentes chegam bastante debilitados por virem de muito longe ou pela demora na decisão de procurar o hospital. No caso dos índios mais isolados, somente procuram um médico depois de esgotados os recursos do curandeiro da aldeia.

Grupo Beneficente das Missões (GBM)



O GBM é coordenado pela esposa do Comandante

O GBM é formado por esposas de Oficiais e Praças da Guarnição de Tefé, coordenado pela esposa do Comandante da Brigada.

O GBM realiza ações concretas voltadas à assistência e ao atendimento das famílias carentes de Tefé e dos municípios próximos, das comunidades ribeirinhas e indígenas isoladas, das famílias dos Cabos e Soldados, das famílias dos militares que labutam nos PEF e suas comunidades e das escolas apadrinhadas pela Brigada, além da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Tefé (APAE/Tefé).

Muitas ações, fora da Guarnição de Tefé, são realizadas em coordenação e apoio mútuo com o Grupo Beneficente São Francisco – Tabatinga/AM (GBSF) e com a Associação Beneficente do Exército em Manaus (ABEM), esta última coordenada pela esposa do Comandante Militar da Amazônia.

ACISOS

As Ações Cívico-Sociais (ACISO) realizadas pelo Exército na Amazônia também materializam a imprescindível contribuição que a Força Terrestre dispensa à população.

No caso da 16ª Bda Inf SI, na região do Médio Solimões, existem várias comunidades espalhadas ao longo do curso dos rios, que necessitam de ajudas de toda ordem. Aproveitando-se dos deslocamentos fluviais, os integrantes da Brigada e o Grupo Beneficente das Missões (GBM) desenvolvem diversas ações sociais junto às comunidades, levando assistência médica, odontológica, donativos, carinho e atenção para os ribeirinhos e indígenas de regiões onde o Poder Público não consegue estar presente. Por essa razão, as operações de ACISO buscam integrar Órgãos Públicos e Privados, para apoiar comunidades afastadas e isoladas no interior da Amazônia. De maio de 2010 a junho de 2011, por exemplo, a Brigada realizou trinta e oito ACISO na sua área de responsabilidade.

A importância desse tipo de atividade para os amazônidas é demonstrada pelo resultado apresentado, por exemplo, nas ACISO da Operação Curare II/2011: nos Postos de Saúde (PS) montados nas localidades foram realizados 1.379 atendimentos médicos, 234 atendimentos odontológicos e 717 atendimentos laboratoriais; nos PS montados diretamente nas comunidades indígenas os militares de saúde efetuaram 1.100 atendimentos médicos e odontológicos.

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e Escolas Apadrinhadas



Grupo da APAE

Nas cidades maiores, sedes de guarnições militares, é comum os quartéis “apadrinharem” escolas carentes e ajudá-las de diversas maneiras. Esse contato quase que permanente é feito por meio de visitas aos quartéis, participação dos alunos em formaturas comemorativas, retretas da banda de música, doação e hasteamento da bandeira nacional, melhoramentos das instalações, dentre outros eventos. Tais



iniciativas constituem ótimas oportunidades de levar civismo e transmitir valores éticos e morais, buscando ainda afastar os jovens dos delitos e inseri-los à sociedade como cidadãos íntegros.

A APAE/Tefé merece um comentário neste artigo pela rica troca entre aquela Associação e os colaboradores. Ela estava enfrentando sérias dificuldades em levar a cabo a missão de amparar e cuidar de cerca de duzentas e cinquenta pessoas especiais entre dois e sessenta anos, na maioria crianças, com síndromes das mais diversas. O Grupo Beneficente das Missões (GBM) tomou a frente e, apoiado pela 16ª Bda Inf Sl, impulsionou a APAE, oferecendo as condições necessárias para a continuidade dos trabalhos, de forma mais efetiva e consistente. Do apoio material, da atenção e do carinho dados pelo GBM, resultou um aprendizado fantástico com crianças verdadeiramente “especiais” (extraordinárias), que mostravam sempre, o quanto eram capazes e o quanto as pessoas tinham a aprender com elas.

Atuação da Engenharia de Construção do Exército na Amazônia (contribuição do 2º GEC)

As digitais definitivas deixadas pela Engenharia de Construção do Exército na Amazônia estão presentes e materializadas nos fortes e estradas construídos, ao longo do tempo, como testemunho do trabalho árduo e da determinação dos seus engenheiros.

Na década de 1960, o governo brasileiro traçou diversos objetivos nacionais, dentre os quais, o de buscar recursos minerais, até então desconhecidos, e levar os benefícios do desenvolvimento aos amazônidas. O

grande desafio repousava nas dificuldades de acesso e nas características geográficas peculiares que conspiravam contra qualquer empreendimento rodoviário pela iniciativa privada, que não se sentia atraída. Sendo assim, a Engenharia Militar foi convocada e disse sim ao desafio.

A partir de 1966, iniciaram-se difíceis deslocamentos de Batalhões de Engenharia de Construção de várias partes do Brasil para a Amazônia.

O 5º Batalhão de Engenharia de Construção (5º BEC), após ser criado no Rio de Janeiro, deslocou-se para Porto Velho, enfrentando extensos atoleiros, reconstruindo pontilhões e improvisando balsas. Este pioneiro batalhão em cerca de dois anos realizou valorosos trabalhos como a construção de obras de arte e conservação do trecho CUIABÁ – PORTO VELHO, da BR 364. Neste trecho, construiu todas as pontes de concreto, viabilizando, pela primeira vez, em 1969, a chegada, por terra, de um veículo a Rio Branco, no Acre.

A infraestrutura criada pelo pioneirismo do 5º BEC permitiu a transformação dos Territórios Federais do Acre e de Rondônia em Estados. Prosseguiu abrindo a estrada de Porto Velho para Guajará-Mirim/RO (BR 363/BR 425), implantou o trecho Abunã-Rio Branco e avançou em direção à cidade de Sena Madureira/AC até chegar à cidade de Cruzeiro do Sul/AC.

A experiência pioneira e coroada de êxito ganhou força com a criação de mais dois BEC: o 6º BEC de Boa Vista/RR, em 27 de agosto de 1968, e o 7º BEC em Cruzeiro do Sul, em 6 de junho de 1969. O 6º BEC, dentre inúmeras obras, tornou realidade a ligação, por rodovia, do BRASIL à VENEZUELA, implantando a BR 174 e tirando do isolamento a maior “clareira” da selva amazônica.



Engenharia de Construção do Exército Brasileiro na Amazônia

Para enquadrar os três BEC, surgiu em 28 de julho de 1970, em Manaus/AM, o 2º Grupamento de Engenharia de Construção (2º GEC), que ainda enquadrou: o 8º BEC (antigo 2º Batalhão Rodoviário de Lages/SC), em Santarém/PA, com a principal missão de integrar a parte mais ocidental do Pará ao restante do país, por intermédio da BR 163 (Santarém-Cuiabá); o 9º BEC em Cuiabá/MT (antigo 3º Batalhão Rodoviário de Carazinho/RS); e, finalmente, uma companhia do 1º BEC (Caicó/RN), que se instalou em São Gabriel da Cachoeira/AM.

O 2º GEC vem construindo pontes e viadutos, possibilitando a integração regional e internacional; realizando melhorias em escolas e serviços de infraestrutura em diversas comunidades; construindo quartéis; recuperando áreas degradadas em apoio ao meio ambiente; e qualificando jovens que prestam o serviço militar, inserindo-os no mercado de trabalho. Desta forma coopera com o desenvolvimento das comunidades onde atua, o que resulta em benefício social e em segurança para a população.

Para que se tenha uma ideia da gran-

diosidade do trabalho que o 2º GEC realizou até agora (julho de 2013), segue abaixo um resumo dos resultados auferidos:

Construção de rodovias e estradas 7.476Km
 Pavimentação de rodovias 1.143Km
 Construção de pontes 12.598m
 Poços artesianos 43 Unidades
 Eletrificação rural 150Km
 Passagem para gasoduto 327.263m²
 Construção de bueiros 77.053m
 Recuperação de áreas degradadas 718.449m²
 Aeroportos e pistas de pouso 8 unidades

Fonte: Diretoria de Obras de Cooperação

O Engenheiro do Exército mantém viva a tradição de seus heroicos antecessores, como o General Rodrigo Octávio, que empresta seu nome ao 2º GEC, por ter sido seu idealizador e ter vislumbrado a importância do estabelecimento de uma estrutura viária para o desenvolvimento, integração e segurança da Amazônia. Seus ideais guiam os soldados de Engenharia e os motiva por meio de sua célebre frase ostentada em todos os quartéis do Comando Militar da Amazônia: *“Árdua é a missão de desenvolver e defender a Amazônia. Muito mais difícil, porém, foi a de nossos antepassados em conquistá-la e mantê-la”*.

Relacionamento com a Colômbia e com o Peru

O relacionamento com os irmãos colombianos e peruanos é de amizade e estreita cooperação.

O alto grau de integração e cooperação entre os militares e policiais federais dos três países da tríplice fronteira garante o sucesso em diversas operações conjuntas e interagências, no combate aos crimes transfronteiriços. Essas operações são conduzidas respeitando-se os soberanos limites dos países envolvidos.

A partir do fim de 2010, com base em um acordo firmado entre o Brasil, a Colômbia e o Peru, diversas operações conjuntas já foram realizadas, batizadas de BRACOLPER, com o objetivo de asfixiar a prática de crimes transfronteiriços. Cada país atua em seu ter-

ritório, ao mesmo tempo em que fecha suas fronteiras, negando a passagem aos criminosos. Essas operações, com planejamento conjunto, vêm obtendo excelentes resultados, inibindo os crimes naquela delicada tríplice fronteira, além de estreitar os laços de amizade e cooperação entre os três países, trazendo alento à população da área, que sofre com a extrema violência do crime organizado.

Além das operações conjuntas, anualmente, são realizadas as Reuniões Regionais de Intercâmbio Militar (RRIM), entre Brasil e Colômbia, e entre Brasil e Peru. Essas reuniões binacionais ocorrem nos países envolvidos, em sistema de rodízio, e buscam, dentre diversos temas tratados, fixar cronograma de visitas, programar atividades conjuntas e propiciar padronização em relação aos procedimentos a adotar com os nacionais dos países limítrofes.

Conclusão

O grandioso trabalho realizado pelos militares brasileiros em prol do desenvolvimento sociocultural das comunidades brasileiras na Amazônia, integrada à defesa da soberania, não é de hoje. A atual geração apenas dá continuidade às tarefas realizadas por aqueles que a antecederam. Desde o início do período colonial, ao longo do processo de conquista, ocupação e defesa da Amazônia, as armas se confundiram com os instrumentos de colonização, que impulsionaram o estabelecimento de povoados e fixaram o homem à região.

A miscigenação das raças que aportaram nas terras indígenas lembra a fusão das três raças que se uniram para expulsar o estrangeiro invasor em Guararapes, forjando a têmpera do soldado do Exército Brasileiro e formando a nacionalidade brasileira.

Com absoluta convicção, pode-se afirmar que, no presente, os Soldados, na árdua labuta castrense e nos valores institucionais nela inseridos, cumprem com louvor suas missões e honram o esforço e o sangue derramado dos antepassados em prol da Pátria, ao levar a cabo, com obcecada obediência, os fundamentos contidos na célebre frase do General Rodrigo Octávio.

O solene compromisso do Soldado de hoje, com os que os antecederam e com as futuras gerações, em relação à Amazônia, constitui um paradigma que não se permitirá quebrar. No entanto, vale salientar que esse compromisso não pode ficar restrito à parte fardada da sociedade brasileira, ele tem de ser assumido por toda a Nação, real detentora dessa magnífica e apaixonante região amazônica.



Entardecer no Amazonas – Lago de Tefé

O trabalho que o Exército realiza em proveito dos amazônidas é rico, profundo e fecundo, toca o coração dos comunitários e da família militar. Gera integração e mostra identificação clara da tropa com seu povo e com suas origens, e ameniza a ausência do poder público em atividades essenciais de apoio às comunidades indígenas e ribeirinhas.

As Organizações Militares da Amazônia gozam do respeito e do reconhecimento dos indígenas, dos ribeirinhos e até mesmo dos estrangeiros vizinhos, graças à conduta respeitosa, firme e amistosa dos militares, associada ao espírito de solidariedade e ao compromisso que têm com o Brasil e com os brasileiros isolados, na fronteira ou no interior da selva. Eles veem nos militares a última esperança para a

solução dos seus problemas e a única referência do Estado Brasileiro.

Os militares e suas famílias, servindo à Pátria no isolamento da selva, personificam e vivificam os marcos fronteiriços do Estado. Constituem-se nos novos bandeirantes, que desbravam e integram, que constroem e amparam. A presença da família, ao lado dos militares na fronteira, no período que lá servem, reveste-se de importante simbolismo no contexto da defesa do território, pois passam para o exterior a percepção de permanência no cumprimento da missão até as últimas consequências. Juntos, participam da defesa da Pátria, exercitam solidariedade e cidadania, apoiam e atendem a população e dão rosto à soberania brasileira na exuberante região amazônica.

General de Brigada Pedro Antônio Fioravante Silvestre Neto, oriundo da Arma de Infantaria.
Comandou a 16ª Brigada de Infantaria de Selva em Tefé, no Estado do Amazonas. Atualmente é o Diretor de Educação Técnica Militar (DETMil).

